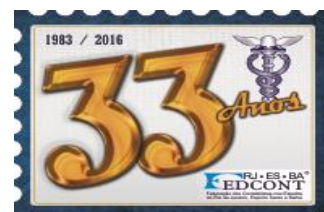




BOLETIM 298 - IX
24 de março de 2017



Nova Diretoria da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo toma posse



A Presidente da Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, Sandra Regina R. T. Maciel, participou da solenidade de posse da nova diretoria da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo – FECONTESP, para o triênio 2017 a 2019, tendo a frente o Presidente Manoel de Oliveira Maia. A Presidente Sandra, inclusive foi designada a representar as demais Federações do Brasil, conforme ficou estabelecido em reunião ocorrida em 06/03/2017, levando ao novo Presidente eleito e demais membros de sua Diretoria votos de êxito, felicidade e rogando a Deus bênçãos sobre a diretoria eleita para melhor conduzir a Federação paulista. A Presidente Sandra também parabenizou o Presidente José de Souza pelos anos à frente da FECONTESP, destacando o seu empenho, ousadia e coragem.



O evento ocorreu na noite de sexta-feira, dia 17 de março de 2017, no Esporte Clube Sírio, que reuniu representantes da Classe Contábil, parlamentares e autoridades.

Na ocasião, o presidente da Federação eleito agradeceu a presença de todos e que a sua diretoria nesses três anos buscará ainda mais avanços e crescimento expressivos aos Sindicatos e, principalmente, aos profissionais da Contabilidade”

Aviso aos EMPREGADORES Sobre desconto de Contribuição Sindical /2017 em folha de pagamento dos profissionais contábeis

A Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia informa **aos empregadores** que devem descontar um dia de salário de seu(s) empregado(s) contabilista(s) no mês de março de 2017 (art. 582 da CLT), que não comprovarem junto ao Departamento Pessoal e/ou RH, o recolhimento para o Sindicato de Contabilistas e/ou Federação de Contabilistas (no valor informado pelas entidades) quanto a contribuição sindical de 2017.

A empresa deverá realizar o recolhimento da Contribuição Sindical (descontada) na rede bancária até o dia 30/04/2017 (art. 583 da CLT), devendo enviar cópia do comprovante juntamente com a relação dos profissionais/valores, ao respectivo Sindicato de Contabilistas e/ou à Federação dos Contabilistas, conforme determina o art. 583 parágrafo 2º da CLT, c/c precedente normativo do TST nº 41.

FONTE: Fedcont RJ, ES e BA

Federações se reúnem para tratar de assuntos relevantes à categoria dos profissionais de Contabilidade a nível Nacional, quanto às Reformas do Governo



No último dia 06 de março de 2017, as Federações de Contabilistas do Brasil, reunidas em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, na sede da Federação dos Contabilistas do Rio Grande do Sul dentre vários assuntos tratados, e com o falecimento do Presidente da Federação dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, um dos principais líderes sindicais dos Contabilistas, Luiz Sérgio da Rosa Lopes, foi decidido pelos Presidentes de Federações ali presentes, que será o atual representante de movimentos conjuntos das Federações, o Sr. Tadeu Oneda – Presidente da Fed. Cont. Santa Catarina, ficando então responsável pelas movimentações e responsabilidades em levar as reivindicações da classe a nível Nacional, quanto aos posicionamentos conjuntos, aos órgãos competentes, Câmara, Senado, Governo, etc.

Em reunião realizada em janeiro de 2016 na sede da Fedcont RJ, ES E BA o Sr. Tadeu já havia cogitado e levantado seu interesse em ficar com essa incumbência oficial entre o grupo, dando prosseguimento a existência, organização e mobilização de Dirigentes das Federações que já se reuniam e conseguiram, unidos, barrar projetos em prejuízo da categoria e defender a classe. Inicialmente esses movimentos e a criação e união desse grupo de Federações era encabeçada por dirigentes de São Paulo, quando inclusive ficou definida a Secretaria Permanente de Federações , com a guarda inclusive de todos os documentos sobre os Encontros Nacionais criado por esse Grupo, encontro esse chamado “ENERCON” , que foi realizado, por definição

das Federações, em Santa Catarina, no período de 01 a 02 de julho de 2016. Este foi o XXXV ENERCON, ou seja trinta e cinco anos de existência dessas reuniões e encontros. Uma preocupação constante dos antigos dirigentes em manter viva as reuniões e principalmente esses Encontros.

Nessa reunião do dia 06/03 de Federações, os dirigentes presentes também debateram assuntos como Reforma Trabalhista e Reforma Previdenciária, assunto já discutido e que também já foi colocado em outras ocasiões, inclusive em Seminário da Federação dos Contabilistas do Est. RJ, ES e BA e no XXXV ENERCON, realizado em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Dentre outros pontos colocados foi a coordenação pelo Conselheiro - Rogério Noé para a Reimplantação da Comissão Intersindical pelo Conselho Federal de Contabilidade , que já existia e que em decorrência da luta contra a extinção do Técnico em Contabilidade, o Conselho Federal desativou .

Outros assuntos colocados foram a JOCOBRAS - Jogos dos Contabilistas e que, em Santa Catarina, serão em maio de 2018 no Município de Jaraguá do Sul/SC .

Presentes nessa reunião: Divanzir Chiminacio - PARANÁ, Wilson Pereira Machado - CENTRO-OESTE, Tadeu Oneda - SANTA CATARINA; Glicério Claristo Bergesch - RIO GRANDE DO SUL, Manoel de Oliveira Maia – SÃO PAULO (novo mandato), Renato Pavioni - MINAS GERAIS e Sandra Regina R. T. Maciel –RJ, ES E BA (novo mandato).

FONTE: Fedcont RJ, ES E BA e informativos Fecopar e Fecontesc .

Deputados aprovam terceirização em todas as atividades de empresas

O projeto foi aprovado por 231 a favor, 188 contra e 8 abstenções

AGÊNCIA BRASIL

Brasília - Mesmo sob forte protesto da oposição, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira, o Projeto de Lei (PL) 4.302/1998, de autoria do Executivo, que libera a terceirização para todas as atividades das empresas. O projeto foi aprovado por 231 a favor, 188 contra e 8 abstenções.

Após a votação dos destaques, que deve ocorrer ainda hoje, o projeto, que já havia sido aprovado pelo Senado, seguirá para sanção presidencial.

TRABALHO TEMPORÁRIO

Desde o início da sessão, a oposição obstruía os trabalhos. A obstrução só foi retirada após acordo para que fosse feita a votação nominal do projeto e simbólica dos

destaques. O acordo foi costurado entre o líder do governo, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e parte da oposição.

Pelo projeto, as empresas poderão terceirizar também a chamada atividade-fim, aquela para a qual a empresa foi criada. A medida prevê que a contratação terceirizada possa ocorrer sem restrições, inclusive na administração pública.

Atualmente a legislação veda a terceirização da atividade-fim e prevê que a prática possa ser adotada em serviços que se enquadram como atividade-meio, ou seja, aquelas funções que não estão diretamente ligadas ao objetivo principal da empresa.

O projeto que foi aprovado pelo plenário da Câmara também modifica o tempo permitido para a contratação em regime temporário dos atuais três meses para 180 dias, “consecutivos ou não, autorizada a prorrogação por até 90 dias, consecutivos ou não, quando comprovada a manutenção das condições que o ensejaram”, diz o projeto.

Decorrido esse prazo, o trabalhador só poderá ser contratado novamente pela mesma empresa após 90 dias do término do contrato anterior. O texto estabelece a chamada responsabilidade subsidiária da empresa contratante em relação aos funcionários terceirizados.

A medida faz com que a empresa contratante seja “subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer o trabalho temporário e em relação ao recolhimento das contribuições previdenciárias”, diz o texto.

DEBATE

A discussão do projeto foi iniciada na manhã desta quarta-feira, a discussão da matéria foi iniciada com resistência da oposição. O deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) criticou o projeto e disse que a iniciativa vai fazer com que a maioria das empresas troque os contratos permanentes por temporários. “Essa proposta tem por objetivo uma contratação mais barata, precarizando e negando direitos. O próximo passo é obrigar que os trabalhadores se transformem em pessoas jurídicas, abrindo mão de férias, licença-maternidade e outros direitos”, disse.

No início da tarde, o relator Laércio Oliveira (SD-SE) apresentou o seu parecer e rebateu as críticas. De acordo com o deputado, o projeto não retira direitos. “Faço um desafio: apontem dentro do texto um item sequer que retire direitos dos trabalhadores. Não existe”, disse.

O líder do governo, Aguinaldo Ribeiro, defendeu o projeto com o argumento de que a medida vai ajudar a aquecer a economia, gerando novos empregos. “O Brasil mudou, mas ainda temos uma legislação arcaica. Queremos avançar em uma relação que não tira emprego de ninguém, que não vai enfraquecer sindicatos. Eles também vão se modernizar”, disse.

PROJETO DE 1998

Originalmente, o projeto foi encaminhado à Câmara em 1998 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e aprovado no Senado em 2002. Deputados contrários ao projeto criticaram a votação da proposta 15 anos depois e chegaram a defender a apreciação de outro texto, em tramitação no Senado, que trata do tema.

“Já votamos essa matéria aqui e aprovamos uma matéria que foi para o Senado e que é muito diferente desse projeto que está na pauta aqui hoje. Essa matéria não passou pelo debate dessa legislatura e seguramente representa um duro ataque aos direitos dos trabalhadores”, disse a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

FONTE: Informativo Ernesto Pares 23/03/2017 e Agência Brasil 22/03/2017

Temer exclui servidores estaduais da reforma da Previdência; ardil para reduzir resistências à proposta

O presidente Michel Temer (PMDB) anunciou, nesta terça-feira (21), noticiou o portal G1, que a reforma da Previdência atingirá somente servidores federais e trabalhadores do setor privado. Segundo ele, a reforma das previdências estaduais ficará a cargo dos governos dos estados.

A decisão do Planalto é um ardil para diminuir as resistências à proposta (PEC 287/16) que está em discussão no Congresso. De qualquer sorte, o texto que for aprovado pelo Legislativo federal será reproduzido pelos poderes executivos estaduais e serão encaminhados à discussão nas assembleias legislativas. A decisão, ao fim e a o cabo, apenas adia o tormento dos servidores estaduais, das três esferas de poder — Executivo, Legislativo e Judiciário.

Após reunião no Palácio do Planalto, ele fez o anúncio ao lado de ministros; do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ); dos líderes do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), e na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB); e de deputados, entre os quais Carlos Marun (PMDB-MS) e Arthur Maia (PPS-BA), presidente e relator, respectivamente, da comissão especial da reforma da Previdência.

A exclusão dos servidores estaduais foi a primeira concessão do governo em relação a mudanças na reforma da Previdência. Integrantes da equipe econômica do governo vêm defendendo a aprovação do projeto no Congresso sem alterações.

"Surgiu com grande força [na reunião] a ideia de que deveríamos obedecer a autonomia dos estados", disse Temer, após reunião com líderes partidários no Palácio do Planalto. "Reforma da Previdência é para os servidores federais", declarou.

O projeto de reforma da Previdência atualmente em tramitação na Câmara só exclui militares das Forças Armadas, bombeiros e policiais militares.

De acordo com o presidente, vários estados já começaram a reformular a Previdência estadual.

"Seria uma invasão de competência, que não queremos levar adiante", afirmou. "Sendo assim, funcionários estaduais dependerão da manifestação do seu governo estadual ou governo municipal", complementou.

"Estou passando ao relator [Arthur Maia] e ao presidente da comissão [Carlos Marun] que logo no dia de amanhã [quarta, 22] todos transmitirão aos membros da comissão que a partir de agora trabalharão com uma previdência voltada para os servidores federais", afirmou Temer.

Ao encerrar a fala, Temer deixou o Salão Leste do Palácio do Planalto, local do pronunciamento, sem responder a perguntas. Jornalistas gritaram, indagando se o anúncio era uma "derrota" da equipe econômica, mas o presidente ignorou a pergunta.

Pela manhã, durante discurso em um evento voltado a empresários, Temer afirmou que o governo conseguirá aprovar a proposta no Congresso mesmo que com "uma ou outra adequação".

"O Congresso Nacional é o senhor dessa matéria agora. Até porque ela será, virá à luz, por uma emenda à Constituição, que depende apenas da atuação do Congresso Nacional. Mas nós vamos aprová-la. Vamos aprová-la com uma ou outra adequação, quem sabe, mas vamos aprová-la", declarou.

CÂMARA

Após o anúncio, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que a decisão do presidente vai "facilitar muito" a aprovação da reforma da Previdência. Ele pretende concluir a votação da reforma ainda no primeiro semestre deste ano.

"Vai felicitar muito a aprovação porque vai retirar 70% da pressão que estava sendo recebida", afirmou o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. "Vivemos em um estado federado e cada ente tem a prerrogativa para fazer ou não a sua reforma. Espírito Santo e Santa Catarina já fizeram", declarou.

No momento do pronunciamento do presidente, a Comissão Especial da Reforma da Previdência estava reunida em uma sessão na Câmara. O deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) pediu a palavra para anunciar aos presentes no plenário o teor do anúncio de Temer. Houve aplausos de alguns parlamentares.

"O Brasil é uma federação, senhoras e senhores deputados", disse o deputado Júlio Lopes (PP-RJ). "Vai remeter os trabalhadores do estado para as assembleias legislativas, vocês não perceberam o jogo", afirmou o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), contrário à reforma da Previdência.

PSDB

Nesta terça, Temer se reuniu com o presidente nacional do PSDB, senador Aécio Neves (MG), um dos principais partidos aliados do governo.

O tucano disse que, no encontro, defendeu a necessidade de mudanças na proposta enviada ao Congresso.

Os dois pontos defendidos pelo PSDB, afirmou, são a manutenção do atual modelo do Benefício da Prestação Continuada (BPC) e um tratamento diferenciado para trabalhadores rurais.

O partido ainda não decidiu, porém, se defende a isenção da contribuição ou a aplicação de uma pequena taxa.

O BPC garante o pagamento de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo.

Pelo projeto de Temer, a idade mínima para o idoso ter acesso ao BPC passará de 65 anos para 70 anos e o programa, vinculado ao salário mínimo, passará a ter valor estipulado em lei.

Quanto aos trabalhadores rurais, que até agora não eram obrigados a contribuir para o INSS, terão de fazer contribuições para se aposentar, se aprovada a proposta do governo.

FONTE: Boletim Informativo Ernesto Pares 23/03/2017 e Diap

As mulheres na mira da reforma da Previdência

A proposta de reforma da Previdência e da Assistência enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional, na forma da PEC 287 (Proposta de Emenda Constitucional nº 287), tem entre os propósitos a correção de “distorções e inconsistências do atual modelo”, criando regras únicas de acesso à aposentadoria para todos os trabalhadores. Em outras palavras, a proposta pretende acabar com o princípio da solidariedade social, que está presente na concepção de Previdência desde a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 e que busca dar tratamento diferenciado a segmentos populacionais com condições desiguais de inserção no mercado de trabalho.

Se essa estratégia de uniformização for aprovada, as mulheres, em particular, serão muito penalizadas. Com as novas regras, elas teriam que atender aos mesmos critérios fixados para os homens e passariam a ter direito de acesso à aposentadoria somente aos 65 anos de idade, desde que completassem 25 anos de contribuição, pelo menos. Ou seja, as mulheres seriam afetadas tanto pela elevação da idade mínima quanto pelo aumento do tempo mínimo de contribuição e, mais ainda, pela combinação desses dois novos requisitos. Além disso, o requisito de idade mínima valeria independentemente do fato de as mulheres trabalharem na área urbana ou rural, no serviço público ou na iniciativa privada, na educação básica ou nas demais ocupações.

Para ler: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec171MulherPrevidencia.pdf>

Sindicato dos Contabilistas do Estado da Bahia realizará Congresso de Profissionais de Contabilidade em parceria com a Cairu

O Sindicato dos Contabilistas do Estado da Bahia, realizará no período de 04 de maio a 06 de maio de 2017, em parceria com a Fundação Visconde de Cairu, e apoio do

Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia, o Congresso de Profissionais de Contabilidade , no Fiesta Convention Center , Avenida Antonio Carlos Magalhães, 741 – Itaigara – Salvador . Os interessados devem aguardar pois o site informado ainda não disponibilizou os valores nem o acesso a inscrições. Em sequência Banner de divulgação do evento.



**CONGRESSO
DOS PROFISSIONAIS
DE CONTABILIDADE
DA BAHIA**

04/05 — 05/05 — 06/05
17h às 21h 08h às 20h 08h às 13h

FIESTA CONVENTION CENTER
AV. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, Nº 741
ITAIGARA, SALVADOR - BA

INVESTIMENTO
ESTUDANTES - R\$ 120,00
PROFISSIONAIS - R\$ 150,00

INSCRIÇÕES
WWW.CAIRU.BR

REALIZAÇÃO: **Cairu**   APOIO: 

FILIADA A:

